

Brasília-DF, 24 de agosto de 2026



Eleições 2026 em perspectiva: DIAP promove novo debate

Diálogos DIAP reúne especialistas e lideranças para analisar o cenário eleitoral, a reorganização das forças políticas e os possíveis impactos da disputa sobre o futuro do Congresso Nacional.



As Eleições 2026 já movimentam o cenário político e colocam em debate os caminhos que poderão definir a composição do próximo Congresso Nacional e a agenda legislativa dos próximos anos. Para contribuir com a compreensão desse processo, o DIAP realiza, no dia 25 de agosto, às 19h, mais uma edição do Diálogos DIAP, em formato on-line.

Com o tema “Perspectivas para as Eleições 2026”, o encontro propõe uma análise dos movimentos que começam a desenhar a disputa eleitoral. O debate abordará as tendências do cenário político, a reorganização das forças partidárias e os fatores que poderão influenciar tanto a renovação quanto a continuidade da representação política no Parlamento.

A proposta é reunir diferentes perspectivas para ampliar a leitura sobre um processo que vai além da disputa nas urnas. A composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal terá reflexos diretos sobre a correlação de forças no Legislativo e sobre as prioridades que estarão no centro da agenda política do País a partir de 2027.

Diferentes olhares sobre o cenário de 2026

Participam desta edição Rita Serrano, presidente do DIAP; Neuriberg Dias, analista político e diretor do

DIAP; Ricardo Patah, vice-presidente do DIAP e presidente da UGT; Hajj Mangolin, estrategista político; e Alek Maracajá, CEO da AtivaWeb, professor, pesquisador, cientista de dados e vice-presidente nacional da Abradi.

Ao reunir experiências nas áreas de análise política, representação institucional, estratégia e ciência de dados, o Diálogos DIAP busca oferecer aos participantes elementos para compreender as transformações em curso e os possíveis desdobramentos da disputa eleitoral sobre o Parlamento.

Inscrições abertas

O encontro será realizado on-line, no dia 25 de agosto, às 19h. A participação é gratuita, mas as vagas são limitadas.

As inscrições devem ser feitas até 24 de agosto, pelo e-mail diap@diap.org.br, com o envio de nome completo, entidade representada, telefone/WhatsApp e e-mail.

O link de acesso será encaminhado diretamente aos participantes inscritos.

25 de agosto | 19h | On-line

Inscrições até 24 de agosto | Vagas limitadas

Participe do Diálogos DIAP e acompanhe as análises sobre os movimentos políticos que começam a desenhar o cenário das Eleições 2026 e o futuro da representação no Congresso Nacional.

Fonte: Diap

Sônia Zerino participa de reunião institucional da Secretaria de Inspeção do Trabalho



Nesta quinta-feira (20), a presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, participou, em Brasília, de reunião institucional promovida pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). O encontro reuniu representantes das centrais sindicais e teve como objetivo fortalecer o diálogo,

Brasília-DF, 24 de agosto de 2026

promover o alinhamento institucional e ampliar a interlocução entre o movimento sindical e a Secretaria.

Durante a reunião, foram discutidos temas relacionados à atuação da Inspeção do Trabalho e às questões de interesse dos trabalhadores, em um espaço de diálogo e troca de informações entre o governo e as entidades sindicais.

A presença conjunta das centrais sindicais também evidencia a importância da unidade do movimento sindical na interlocução com os órgãos públicos e na defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora.

Fonte: NCST

Missão aciona STF contra licença remunerada em mandato sindical

Partido defende que salário de diretores sindicais seja pago pela própria entidade, e não pelos governos estaduais.



Sigla questiona no Supremo trecho da Constituição de São Paulo que garante afastamento remunerado a servidores públicos.
Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

A executiva nacional do Missão apresentou ao STF uma ação na qual questiona a legalidade do trecho da Constituição do Estado de São Paulo que garante o direito à licença remunerada a servidores públicos estaduais durante o exercício de mandato na administração de seus sindicatos.

O partido alega que a Constituição não cita a possibilidade de manutenção dos salários durante o afastamento para a função, e ressalta que a organização do serviço público nos entes federados, incluindo regimes de trabalho de servidores, não podem contrariar o texto constitucional.

"O texto instaura uma nítida separação entre o Estado e os entes sindicais, impedindo qualquer confusão entre a Administração Pública — regida pelo regime de

Direito Administrativo, que é de Direito Público — e a administração do sindicato, que é uma entidade privada", afirmou a sigla.

A legenda defende que os diretores sindicais tenham direito à devida remuneração, mas que esta deve ser paga com recursos do próprio sindicato, e não do tesouro estadual.

A sigla destacou que o próprio Supremo validou em decisão anterior uma lei estadual em Goiás que revogou a licença remunerada a servidores durante mandato sindical. A ação foi distribuída para relatoria do ministro Luiz Fux.

Processo: [ADI 8006-SP](#)

Fonte: Congresso em Foco

Os sindicatos brasileiros respiram

Brasil registra, após mais de uma década, aumento no número de trabalhadores sindicalizados. Adesão responde às novas demandas por proteção social, empregos de qualidade, fim da escala 6x1 e desafios impostos pela IA. Como podem incorporar as novas lutas?

Clemente Ganz Lúcio¹

O crescimento da taxa de sindicalização observado pelo IBGE em 2024² marca um ponto de inflexão importante no mundo do trabalho brasileiro. Depois de mais de uma década de retração, interrompe-se uma trajetória de queda iniciada em 2012 e agravada pelos ataques às instituições sindicais, pela reforma trabalhista de 2017, pela eliminação do financiamento compulsório e por uma conjuntura política marcada pela deslegitimação da ação coletiva. Em 2024, a taxa de sindicalização passou de 8,4% para 8,9% da população ocupada (mais de 100 milhões de pessoas, formais e informais), elevando o contingente de trabalhadores sindicalizados de 8,3 milhões para aproximadamente 9,1 milhões de pessoas, um crescimento de cerca de 812 mil filiados. Trata-se da primeira alta da série histórica da PNAD Contínua iniciada em 2012. Mais do que um dado estatístico, trata-se de um sinal de mudança na dinâmica do mundo do trabalho brasileiro.

Destaques:

- Setor Público Registrou a maior taxa de adesão, alcançando 18,9%.
- Setor Privado com Carteira Assinada apresentou taxa de filiação de 11,2%.
- Trabalhadores Informais e Sem Carteira mantiveram os menores índices, com apenas 3,8% de sindicalização.

Brasília-DF, 24 de agosto de 2026

- Atividades com Maior Adesão: o grupamento de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais liderou com 15,5%, seguido pela indústria geral com 11,4%.

Essa recuperação não resulta de um único fator. Ela expressa a convergência entre transformações econômicas, institucionais, políticas e organizativas que recolocam o trabalho e suas formas de representação em posição estratégica.

O primeiro elemento é a melhora consistente do mercado de trabalho. A retomada do crescimento econômico, a expansão do emprego formal, o aumento dos rendimentos reais e a redução do desemprego ampliaram o universo de trabalhadores protegidos por contratos formais e convenções coletivas. O fortalecimento da indústria, impulsionado pela política industrial, pelos investimentos públicos e privados e pela recuperação da capacidade produtiva nacional, favoreceu particularmente setores historicamente mais organizados, onde a presença sindical é mais intensa. Não por acaso, a indústria registrou uma das maiores elevações na taxa de sindicalização em 2024.

Também foi decisiva a retomada das contratações no setor público. A recomposição das capacidades do Estado para cumprir suas funções constitucionais significou não apenas mais servidores, mas também o fortalecimento de categorias cuja tradição organizativa sempre foi expressiva.

Outro aspecto relevante foi a recuperação do diálogo social. A reativação das mesas nacionais de negociação no setor público federal, a valorização da negociação coletiva, a retomada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do Conselho de Desenvolvimento Industrial, do Conselho de Segurança Alimentar, entre tantos outros, a reconstrução da interlocução entre governo, trabalhadores e empregadores e a ampliação dos acordos e convenções coletivas devolveram concretude à atuação sindical. Quando a negociação produz ganhos salariais, melhora as condições de trabalho, amplia direitos e protege os trabalhadores diante das mudanças produtivas, o sindicato volta a ser percebido como instrumento efetivo de transformação da realidade.

Mas seria insuficiente explicar a retomada da sindicalização apenas pela melhora do mercado de trabalho. Creio que um fenômeno mais profundo em curso move as bases sindicais.

Vivemos um período de intensas transformações tecnológicas, ambientais, demográficas, produtivas e geopolíticas. Inteligência artificial, plataformas

digitais, reorganização das cadeias globais, transição ecológica e mudanças nas formas de contratação estão redefinindo ocupações, profissões, competências e relações de trabalho. Cresce a percepção de que os riscos deixaram de ser individuais e passaram a ser estruturais.

Nesse contexto, o sindicato recupera a função histórica de constituir um escudo protetor coletivo diante de transformações que nenhum trabalhador consegue enfrentar isoladamente.

A pesquisa nacional realizada pelas Centrais Sindicais com o Instituto Vox Populi (2025) confirma essa percepção. Ela revela elevada valorização social do sindicalismo, disposição de filiação e grande convergência em torno das prioridades apontadas pelos trabalhadores: valorização dos salários, geração de empregos de qualidade, formação profissional permanente, redução da jornada de trabalho, superação da escala 6x1, saúde e segurança no trabalho e ampliação da proteção social. A Pauta da Classe Trabalhadora apresentada pelas Centrais traduz essas demandas em diretrizes de ação e propostas de políticas públicas.

Esses resultados sugerem que a retomada da sindicalização representa algo maior do que um aumento do número de associados. Ela indica um reencontro entre sindicatos e sua base social. Esse reencontro, entretanto, impõe novos desafios ao próprio sindicalismo.

O sindicato do século XXI continuará negociando salários e defendendo direitos, mas sua atuação precisará ser muito mais ampla, além das fundamentais negociações no âmbito da categoria. Caberá participar da formulação das políticas de desenvolvimento, acompanhar os impactos da inteligência artificial e das novas tecnologias, negociar processos de transição produtiva, defender a formação continuada dos trabalhadores, contribuir para a construção de uma transição ecológica justa, atuar pela efetiva proteção dos empregos e da renda, cuidar da previdência social, fortalecer mecanismos permanentes de diálogo social. Atuar para implementar novos âmbitos de negociação de amplitude regional, setorial, cadeia produtiva, temática e internacional. Assim como, aprimorar a oferta de serviços clássicos e essenciais que são demandados pelas categorias (assistência médica e odontológica; convênios para compras; assistência jurídica; orientação profissional; formação em saúde e segurança; lazer, esporte e cultura, entre outros).

Isso significa compreender que o trabalho voltou a ocupar posição estratégica no desenvolvimento

Brasília-DF, 24 de agosto de 2026

nacional e continua essencial na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores.

As grandes economias disputam hoje investimentos, tecnologia e cadeias produtivas porque disputam produtividade, conhecimento e empregos de qualidade. Entramos na era da geopolítica mundial do trabalho. Nesse ambiente, sindicatos deixam de ser apenas instituições voltadas para a negociação das relações de emprego e passam a integrar a governança democrática das transformações econômicas e sociais em cada país e no mundo.

O crescimento da sindicalização, portanto, não deve ser visto como um ponto de chegada, mas como o início de um novo ciclo que precisa ser alimentado com muito trabalho de base, pautas representativas, lutas estratégicas e muito compromisso com mudanças e avanços.

Consolidar o aumento da sindicalização dependerá da capacidade do movimento sindical de ampliar sua presença nos locais de trabalho, incorporar a representação e organização de todos os trabalhadores inseridos em diferentes formas de ocupação (autônomo e por conta-própria, plataformizados, empreendedores, cooperados, trabalhadores domésticos, pejetizados), fortalecer sua produção de conhecimento, atuar nos territórios e participar da construção de um projeto nacional de desenvolvimento que coloque o trabalho no centro das estratégias econômicas, sociais e ambientais do país.

Trabalhadores mais organizados significam relações de trabalho mais equilibradas, negociação coletiva mais robusta, maior capacidade de enfrentar as transições em curso e uma democracia mais forte. O reencontro da classe trabalhadora com seus sindicatos é, ao mesmo tempo, uma boa notícia para o mundo do trabalho e um ativo estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

Notas

1 Sociólogo, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, membro do CDESS – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável da Presidência da República, membro do Conselho Deliberativo da Oxfam Brasil, Enviado Especial para COP-30 sobre Trabalho, Coordenador do Grupo de Facilitação do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, membro do Comitê Diretivo do Observatório do Trabalho Decente do Conselho Nacional de Justiça, consultor e ex-diretor técnico do DIEESE (2004/2020).

2 IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45174-com-taxa-de-8-9-sindicalizacao-cresce-pela-primeira-vez-desde-2012>

Fonte: Outras Palavras

Empresas com 100 ou mais empregados devem atualizar dados até dia 31

As empresas privadas com 100 ou mais empregados devem atualizar suas informações até 31 de agosto. Os dados servirão para elaboração do 6º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, elaborado e publicado semestralmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



O procedimento obrigatório deve ser feito diretamente no Portal Emprega Brasil, na área do empregador. Para atualização dos dados, é preciso fazer login na plataforma Gov.br.

As informações são sobre critérios remuneratórios, ações voltadas à promoção da diversidade e iniciativas de apoio à família e à parentalidade.

As empresas com 100 ou mais empregados que não apresentarem os dados para o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios duas vezes ao ano estarão sujeitas à multa.

Fonte: Agência Brasil

**PLENÁRIA NACIONAL
CNTI 80 ANOS**



**UNIDOS NA LUTA,
PRESENTES NO FUTURO.**

14 a 18 de SETEMBRO de 2026

Local:
CTE - CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL DA CNTI
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO
JOSÉ CALIXTO RAMOS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA